

Sugestão do Banco Boavista: uma política mais firme.

Se o governo não adotar atitude mais firme para um corte substancial no déficit público, "a nova equipe econômica corre o risco de ver desperdiçado todo o esforço anti-inflacionário empregado atualmente, e ter de assistir daqui a alguns meses a uma fase de arrependimento da política econômica".

A advertência é do Banco Boavista, através de sua Carta Econômica referente ao bimestre maio-junho, assinada pelo economista José Alfredo Lamy. O corte do déficit do setor público é fundamental, diz a Carta, para o êxito do novo sistema de cálculo das correções monetárias e cambial, que trouxe maior estabilidade ao sistema financeiro e ajudou a recuperar a eficácia dos instrumentos de política econômica.

O Banco Boavista não poupa críticas aos resultados da política econômica do governo Figueiredo, cujos últimos meses "foram marcados por um descontrole na política econômica sem precedentes na história recente do País". Os gastos públicos foram acelerados, o mercado aberto passou a injetar recursos no sistema e a emissão de moeda disparou de forma impressionante, assinala a Carta Econômica do Boavista. Além disso, havia um clima de incerteza nos agentes econômicos, em consequência das frequentes mudanças nas regras da política econômica nos últimos anos e também da expectativa natural pela entrada do novo governo.

Para o Banco Boavista, a nova fórmula da correção monetária proporcionou estabilidade ao sistema financeiro, ao afastar o medo da desindexação, e restaurou o mercado aberto como instrumento de política econômica. E também dará ao Tesouro dupla economia no pagamento da dívida pública interna. As ORTNs deverão deixar cada vez mais de incorporar em suas taxas o prêmio de risco de desindexação, à medida que a sociedade acreditar que a correção refletirá integralmente a taxa de inflação. E as Letras do Tesouro Nacional, por serem títulos de prazo mais curto, não tenderão a comprometer recursos do Tesouro por prazo longo para pagamento de taxas tão elevadas como as que são praticadas hoje em dia.

Segundo a Carta Econômica do Boavista, com um efetivo corte no déficit do governo — e a conseqüente menor pressão na colocação de títulos no mercado aberto — as taxas reais de juros deverão cair, e a contínua substituição das LTNs em circulação permitirá repactuação permanente dos juros da dívida interna a taxas inferiores às obtidas atualmente.